

A INTERJEIÇÃO À LUZ DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Ricardo Cavaliere
UFF / ABF / ILP

Os estudos mais recentes sobre o papel das denominadas palavras de significação interna têm revelado uma nova face desses termos, que só se manifesta nos domínios do ato de fala. A descrição do uso destas palavras, sobretudo do ponto de vista semântico, não é pacífica, seja quanto à teoria, seja quanto à metodologia descritiva, haja vista, por exemplo, a multifacetada proposta de interpretação dos conectores que algumas correntes da análise do discurso oferecem.

O problema se estende a polêmicas epistemológicas, como a que discute os limites da descrição gramatical. Para alguns, a descrição da gramática de uma língua deve circunscrever-se aos mecanismos de que tal língua se serve formalmente para produzir sentenças, sem levar em conta os matizes semânticos que surgem em face das situações criadas no ato de fala. A tese, aqui, é de que a descrição gramatical sempre se esteia em elementos bem delimitados, dentro de um *corpus* investigatório homogêneo, de tal sorte que se possa referir ao funcionamento da gramática em todos os seus níveis de realização.

Este o motivo, por exemplo, de os antigos filólogos do século XIX relatarem em incluir a Semântica nos domínios da gramática, não raramente situando-a no campo difuso da Estilística¹. Igual motivação levou a Linguística estrutural a excluir o léxico da descrição gramatical, sob argumento de que o primeiro, sendo um sistema aberto, fugiria aos limites de uma descrição exaustiva. Creio que tal raciocínio também enseja certa reserva quanto a acatar-se uma gramática da língua falada, já que a pluralidade infinitesimal de usos, a imensa ordem de torneios sintáticos de que o falante pode lançar mão, como no caso de sínqueses e anacolutos, fogem ao controle de qualquer aparato teórico-descritivo, a par de se manterem insuscetíveis de análise através de algoritmos. São situações de fala em que a língua se alia a outras formas de significado para transmitir uma dada idéia, e semelhantes conjugações de esforços comunicativos se fazem de modo tão variado que por mais que se descrevam

¹ No Brasil, o primeiro gramático a incluir a semântica na sinopse gramatical foi Maximino Maciel. Antes de Maciel, Pacheco da Silva Júnior publicara seus *Noções de Semântica*.

seus mecanismos, muito mais haverá por descrever. Este o motivo por que as descrições gramaticais de língua falada emanam de teorias heterogêneas, de tal sorte que as explicações que se conferem para este ou aquele uso de um dado termo sofrem as restrições típicas de toda solução *ad hoc*.

Não se quer aqui denegar o valor dessa metodologia de estudo. Apenas se discute em que medida se trata de efetiva descrição da gramática de uma língua. Sabe-se, por exemplo, que a palavra **só** tem funções claras na gramática do português, seja como palavra lexical, seja como palavra categorial. Se entendida como forma lexical (cf. COSERIU, 1978), remete a um significado amplo de “isolamento” ou “unicidade”, que está igualmente em **sozinho** e **somente**. Entendida, entretanto, como forma categorial, assume valores internos, que a dispõem como membro da classe verbal adjetivo ou da classe verbal advérbio, daí vindo a equiparar-se distintivamente a **sozinho** ou a **somente**. Já em frases como “Só você não votou em José para presidente do clube”, uma descrição gramatical que tentasse equiparar categorialmente **só** a **sozinho**, como um adjetivo, ou a **somente**, como advérbio, haveria de reformular radicalmente os conceitos sobre classes verbais ou mesmo criar um novo modelo de descrição.

O fato repousa em que, na aludida frase, **só** ativa um significado que emana unicamente no ambiente do ato de fala, por sinal, passível de multiplicar-se em vertentes de sentido em face da conjugação de elementos e situações em que a mesma frase é pronunciada. Se admitirmos, numa possível interpretação da frase citada, que José foi um ótimo presidente, homem empreendedor, que muito fez pela administração do clube, haveremos de perceber na referida frase uma argumento favorável ao interlocutor, como uma espécie de elogio: “você foi o único a perceber que José seria um ótimo presidente”. Caso contrário, tendo sido a administração de José um desastre, a frase surtiria o efeito semântico contrário, não obstante os significados lexicais de seus termos, inclusive de **só**, permanecessem os mesmos.

Eis, pois, uma questão que aflige a quem busca compreender o papel semântico de certas palavras que só se revela na área difusa do discurso: trata-se de um fato de que a descrição gramatical deva ocupar-se, ou haver-se-á de resguardá-las aos limites de outro campo investigatório, como o da Análise do Discurso? Em princípio, se admitirmos que a descrição gramatical pode avantajá-se aos usos da língua em todas as suas manifestações, certamente haveremos de admitir a existência de novas classes verbais, cujas formas categoriais sejam definidas como ativadoras de sentido no ato de fala, à feição dos operadores argumentativos e operadores conversacionais, já referidos em vários estudos sobre a argumentação na linguagem.

A controvérsia da questão acomete não apenas aos que se propõem a descrever a gramática de uma língua, mas também aos que se envolvem com

as questões discursivas. Ao tratarem do léxico de uma língua, alguns analistas do discurso delimitam de imediato aquelas palavras que interessam especificamente a seu campo de atuação, por serem usadas em estratégias discursivas que buscam ativar argumentos ou efeitos de sentido particulares. É nesse intuito que, retomando uma antiga distinção aristotélica entre “palavras plenas” e “instrumentos gramaticais”, presente em inúmeros estudos lingüísticos com grande variação terminológica, Dominique Maingueneau (MAINGUENEAU, 1997) vem adicionar à dicotomia uma terceira vertente, a das palavras com função argumentativa:

Mais exatamente, é preciso distinguir dois tipos de palavras que acarretam problemas muito diferentes. Por um lado, há as palavras tradicionalmente consideradas “plenas” e, por outro, palavras “instrumentais” e, em particular, aquelas que possuem uma função argumentativa e/ou servem para estruturar os enunciados (*ora, aliás, pois*, etc.). Se as primeiras possuem um significado suscetível de valores discursivos específicos, de acordo com os contextos, as segundas, em geral, têm um valor pragmático estável, mas só podem interessar à AD se estiverem inscritas em estratégias textuais particulares.

Numa certa medida, Maingueneau delimita a terceira vertente lexical como a que acolhe palavras de significado instrumental, isto é, restritas ao universo da gramática, mas que possam também atuar fora desses limites como operadores que ativam efeitos semânticos somente perceptíveis no ato de fala. Para o gramático, o tratamento dessas palavras não pode exceder as fronteiras de seu emprego sistêmico, já que ele não dispõe de bases teóricas para tanto. Vê-se, pois, que a descrição gramatical, engessada pelo princípio da homogeneidade do objeto, impossibilitada de estabelecer algoritmos sobre o uso desses termos especiais no campo aberto do discurso, não haverá de aventurar-se em terreno movediço, sob risco de comprometer o próprio fundamento da descrição, que é o de expor minuciosamente o funcionamento de um dado sistema lingüístico.

A questão ganha relevo se observarmos que poucos são os termos de valor pragmático ou argumentativo que não constituam instrumentos gramaticais com valor bem definido pela gramática. São, pois, palavras que atuam em duas vertentes do uso lingüístico, um interno, em que funcionam decisivamente nas regras de construção frasal – como o caso dos conectores e transpositores – e outro pragmático, em que ativam argumentos e efeitos de sentido só perceptíveis no ato de fala – caso em que atuam como operadores argumentativos.

Outros termos, entretanto, como as onomatopéias e interjeições “propriamente ditas” ou *in statu nascendi* – palavras que apenas visam a uma referên-

cia direta à coisa representada pela imitação do som original ou mera exteriorização de um estado emocional – (cf. CARVALHO, 1967), seguramente não se inscrevem entre os instrumentos gramaticais, alheias que são às funções sistêmicas, ou seja, não detém qualquer função categorial ou instrumental. Fato que, não obstante, não lhes elide grande valor discursivo, capaz de expressar efeitos semânticos bastante nítidos no ato de fala.

Uma situação exemplar se pode citar em casos de interjeições usadas como liame argumentativo entre uma pressuposição e um fato atual, expresso pelo conteúdo posto do discurso. A pressuposição, como nos ensina a teoria da argumentação, deve ser entendida como um valor semântico anterior ao significado do componente lingüístico da enunciação, que o falante utiliza como espécie de premissa para a elaboração de seu texto (cf. DUCROT, 1977). À guisa de exemplo, imagine-se a seguinte manchete de jornal:

(1) Enterro de cantor será hoje às 15 horas.

A leitura da frase (1) traz a presunção necessária de que um cantor faleceu. Mais ainda, o leitor da manchete certamente sabe de que cantor se trata. Somente essa presunção dá cabimento à leitura da frase (1) sem que se pergunte “quem morreu?”. Em outras palavras, se considerarmos que um jornal noticiava fatos ocorridos na véspera de sua edição, um leitor eventual da manchete estampada na frase (1) facilmente chegaria à pressuposição nela imersa: **Um cantor faleceu**. Interessante notar que a pressuposição de um determinado enunciado não se modifica com a alteração da modalidade frasal (afirmativa, negativa e interrogativa); assim, mesmo que a frase (1) seja transformada para a forma negativa ou para a forma interrogativa, sua pressuposição permanece a mesma: *O enterro do cantor não será hoje às 15 horas* (pp. **Um cantor faleceu**); *O enterro do cantor será hoje às 15 horas?* (pp. **Um cantor faleceu**).

Sabe-se, hoje, que a interjeição ordinariamente assume relevante papel argumentativo, sobretudo no diálogo – interjeições como ora também aparecem com valor argumentativo em textos não dialogais –, ainda que seja o denominado “diálogo interior”, razão por que somente a teoria da conversação, inscrita no campo mais abrangente da análise argumentativa, revela-se capaz de esclarecer seus valores semânticos. A hipótese de E. Ochs (OCHS, 1975) sobre o planejamento do discurso na conversação conduz a uma interpretação bastante plausível sobre o papel da interjeição em diálogos. Há de admitir-se que o discurso conversacional não é cabalmente planejado, ou como assevera Ochs, é “relativamente não-planejado”, já que os interlocutores necessariamente fogem a uma proposta inicial de formulação frasal durante o desenrolar do diálogo.

Uma réplica a dada asserção, meticulosamente planejada pelo interlocutor, pode cair por terra em função do que foi dito segundos antes da mudança de turno no diálogo, o que certamente ocasionará uma necessidade de refor-

mulação de argumentos por parte do interlocutor. Esse, para tanto, necessitará de algum tempo, digamos alguns segundos, para reestruturar seu raciocínio e elaborar nova réplica. Vale-se, assim, de interjeições ou “palavras-tampão”, que preencham esse tempo, como, por exemplo, *ora, bem, sim* etc.

Há de considerar-se, contudo, que em face de fatores extralingüísticos, como o conhecimento que temos do interlocutor e a estereotipicidade da situação, o discurso conversacional pode tornar-se relativamente previsível. Comenta-se com frequência como é comum em diálogos entre pessoas de relacionamento íntimo ouvirem-se clichês do tipo “Sabia que você ia dizer isso” ou “É óbvio que você não concorda”. Nesse caso, a ruptura do raciocínio pode ocorrer se a relativa previsibilidade ceder lugar a uma resposta imprevisível. Surgem, pois, itens lexicais – normalmente denominados **interjeições de espanto, surpresa** etc. – que carregam forte função emotiva, no sentido jakobsoniano do termo, mas que principalmente preenchem um turno do diálogo por algum tempo, alguns segundos, até que o raciocínio se adapte à nova situação do discurso e prepare a réplica adequada.

Ainda quanto à questão de previsibilidade, é notável observar a ocorrência do traço semântico de oposição em palavras que estabelecem vínculos entre as duas situações realmente antagônicas do discurso: a *previsível* e a *imprevisível*. Se, por exemplo, o marido diz à esposa que viajará para uma cidade distante e, horas depois, reaparece subitamente em casa, certamente dela ouvirá a seguinte frase:

(2) *Como?* Você aqui?

ou

(3) *Ué!* Você aqui?

Da mesma sorte, um falante brasileiro que se prepara para o banho e, ao abrir a torneira, percebe que não há água, certamente dirá:

(4) *Ih!* Acabou a água!

ou

(5) *Droga!* Acabou a água!

Note-se que as frases (4) e (5) podem ocorrer em situações que não envolvem conversação, mas em mera exteriorização do pensamento; isto é, entretanto, irrelevante para o que o que se pretende aqui observar. O fato é que nos exemplos (2) a (5) o falante está numa situação extralingüística que condiciona seu desempenho comunicativo. Em todos os casos há uma dada pressuposição, criada seja por uma informação anteriormente obtida pelo falante – como em (2) e (3) – ou por um estado de normalidade ou rotina – como em (4) e (5) –, que é negada pelo componente lingüístico posterior às palavras que

estão em destaque, muito apropriadamente denominadas *marcadores conversacionais*. Assim, numa estrutura do tipo *Como! Y!*, *Ué! Y!*, *Ih! Y!*, *Pô! Y!* e outras equivalentes, em que Y é uma frase nominal ou verbal, constrói-se uma estrutura argumentativa em que a frase introduzida pela interjeição está em confronto com uma pressuposição. Ou seja, a interjeição funciona como um marcador conversacional que exerce função conectiva entre a pressuposição e a frase, como demonstra o quadro abaixo:

pp.	x	Y
(Fulano não está aqui)		(Fulano está aqui)
	Como!, Ué!	Você aqui?
	(marcador com valor de oposição)	
pp.	x	Y
(Há água em casa)		(Não há água em casa)
	Ih!, Pô!	Acabou a água.
	(marcador com valor de oposição)	

Evidencia-se que o estudo desses valores semânticos foge ao campo investigatório da descrição gramatical, razão por que a gramática tende, com inegável coerência, a denegar valor categórico à interjeição, via de regra denominada *palavra-oração* (BECHARA, 1999:112) Em outros termos, ao defrontar-se com os empregos da interjeição em língua oral ou escrita, o gramático apenas atesta a ausência de teoria ou mesmo de uma hipótese que dê tratamento satisfatório ao objeto. E numa atitude que se pode denominar “cautelosa”, recusa-se a embrenhar-se cegamente nessa complexidade de fatos discursivos, infensos à metodologia ordinariamente usada para traduzir os mecanismos sistêmicos da língua.

Mesmo quando erige uma hipótese de categorização lexical de cunho eminente mente semântico, com fez Eugenio Coseriu (COSERIU, 1978) a teoria gramatical esbarra na ausência de instrumentos que possam avaliar adequadamente o papel de operadores argumentativos, visto que sua expressão semântica eclode naquele terreno a que Oswald Ducrot denomina “ambiente retórico” do ato de enunciação. No caso da interjeição, mesmo algumas tentativas recentes de atribuir-lhe papel funcional esbarram na falta de uma fundamentação mais consistente. Ao comentar o fato de ser a interjeição usualmente considerada pelos gramáticos uma unidade da frase sem qualquer papel sintático, Emilio Alarcos Lhorach defende a tese de que semelhante termo “puede

establecer relaciones com otras unidades y formar com ellas enunciados complejos” (ALARCOS LHORACH, 1999:240). Na verdade, Lhorach atesta apenas a possibilidade de as interjeições, sejam próprias ou impróprias, podem substituir ou referir-se por contiguidade a sintagmas exclamativos de valor exclamativo: *Oh, que maravilha!* Na verdade, o que aqui temos é uma interjeição inclusa em estrutura sintagmática maior, com extensão do significado interjeitivo a todo o sintagma, razão por que se diz ser todo ele a própria interjeição composta.

Um fato especial, que ordinariamente se encontra em português, diz respeito ao emprego de *também* com valor de interjeição. O caráter polissêmico de *também* no conteúdo retórico do enunciado evidencia-se em uma série de empregos, cuja referência total não comportaria nos limites dessa trabalho. As fontes do valor semântico similar ao da interjeição no uso de *também* remontam ao uso desse operador como elemento de uma comparação que posteriormente passou-se a usar isoladamente para expressar idéia de “oposição, de discordância amigável da parte de quem está falando”, conforme assevera o filólogo português Manoel Rodrigues Lapa (LAPA, 1970) cujas conclusões mereceram excelente comentário de Carlos Vogt em *O intervalo semântico* (VOGT, 1977). Os exemplos oferecidos por Lapa são expressivos:

- (6) Aquele homem é muito abrutalhado com os cavalos: também, tem apanhado cada trambolhão.
- (7) Grandes éguas! Também, o que eu as olho, o que eu as trato!

Segundo Lapa, *também* introduz a idéia de conseqüência em (6) e de causa em (7). Não se discute quanto à presença desses traços semânticos nas frases referidas, ao menos como traço individual ou específico de *também*, mas sua ocorrência é deveras superficial. Tenho dúvida, contudo, à semelhança de Vogt – cuja avaliação crítica, contudo, segue caminhos diferentes – quanto à prevalência das idéias de causa e conseqüência no conteúdo semântico da enunciação, ou seja, no plano semântico do sentido.

Há um nível mais profundo das relações semânticas nesses enunciados em que se manifesta um jogo argumentativo que só se percebe no conteúdo retórico. Nesse nível de análise, *também* vincula, conforme já se fez observar em exemplos anteriores, argumentos convergentes, mas em oposição interna, no sentido de um negar a exclusividade do outro. O que ocorre de especial em frases como a do exemplo (7) é que o falante usufrui dessa marca de oposição argumentativa, transformando-a numa implicatura que carrega uma crítica pessoal do fato relatado, ou mesmo uma autopromoção, uma censura, enfim uma manifestação avaliativa do que foi dito em proveito próprio.

Tome-se, especialmente, o exemplo (7) em que consta a idéia de causa. Na estrutura *p também q* de (7), a atitude do falante é não só a de atestar em *q* a causa de *p*, mas também de oferecer em *q* um argumento que nega a exclusividade de *p* no elogio às éguas. Assim, as éguas não são dignas de referência especial apenas (ou exclusivamente) devido a seus dotes próprios, porém também em decorrência do zelo do falante. É como se ele, falante, demonstrasse estar satisfeito com as éguas e, igualmente (isto é, no mesmo nível de importância), consigo mesmo.

Esse jogo argumentativo possibilita que o falante utilize a oposição de *q* a *p* quanto à exclusividade argumentativa para uma evidente autopromoção, como se ele fosse tão digno de elogio quanto as próprias éguas. Não será improvável que, ao avaliar semanticamente a frase (7), o ouvinte hesite em determinar se o falante elogia as éguas ou a si mesmo por via oblíqua.

É na esteira desse emprego de *também* que se pode explicar o uso do operador como expressão de descontentamento ou crítica velada – à semelhança de verdadeira interjeição – muito comum em frases como a oferecida no exemplo (8):

(8) – Ando mal do estômago.

– Também! Sua alimentação é péssima.

Nesse diálogo, o segundo interlocutor usa a idéia de causa (péssima alimentação) não para justificar o que dissera o primeiro interlocutor sobre sua própria saúde, mas para opor ao argumento inicial – que já é desfavorável ao falante – um outro de caráter convergente, visto que igualmente desfavorável, mas que se destaca por denegar a exclusividade do primeiro. Surge daí uma crítica do segundo interlocutor ao comportamento do primeiro interlocutor, cuja gênese está justamente nesse processo lúdico de oposição argumentativa. Observe-se que, nessas frases em que *também* expressa descontentamento, é possível o emprego do adversativo *mas*, que, caso fosse usado – “Mas, também, sua alimentação é péssima” –, evidentemente não expressaria uma oposição entre “passar mal” e “alimentação péssima”, porém a oposição entre o argumento desfavorável ao falante que o aponta como vítima e outro argumento desfavorável que o acusa de irresponsável.

Pelo que se vê, a interjeição deve ser analisada em pelo menos dois planos distintos de descrição. O da descrição gramatical, em que se reduz à tipologia tradicionalmente oferecida pelos gramáticos (pura ou própria, impura ou imprópria etc.) e o da descrição semântico-argumentativa. Esta última, decerto, é a que confere maior possibilidade de entendimento dos usos da interjeição no discurso, razão por que se revela mais acurada, até no sentido de reavaliar a importância do termo nas construções lingüísticas e seus recursos expressivos.

Obras citadas:

- COSERIU, Eugenio. Sobre las categorías verbales. *Gramática, semántica, universales*. Madrid, Gredos, 1978.
- CARVALHO, José G. Herculano de. Teoria da linguagem. Coimbra, Atlântida Editora, v. 1, 1967.
- OCHS, E. Planned and unplanned discourse. In: COLE, P. & MORGAN, I. L. *Syntax and semantics*. New York, Academic Press Inc., v. 3, 1975.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed. Campinas, São Paulo, Pontes/Unicamp, trad. Freda Indursky, 1997, p.130.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Lucerna, 1999.
- ALARCOS LHORACH, Emilio. *Gramática de la lengua española*. Madrid, Espasa, 1999, p. 240.
- LAPA, Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 6 ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1970.
- VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. São Paulo, Ática, 1977.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística; dizer, não dizer*. São Paulo, Cultrix, 1977.